

**MANUAL DE  
JURISPRUDÊNCIA**  
DO STF, STJ, TSE, TST E TCU

---

**SÚMULAS E PRECEDENTES RELEVANTES**

***2ª edição***  
*Atualizada e Ampliada*

**Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ, TSE, TST e TCU - 2ª edição**

© Org. Igor Pereira Pinheiro. **Autores:** Ana Carolina Del Picchia Nogueira Gonzalez, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Daniela Brito de Lima, Francini Imene Dias Ibrahin, Henrique da Rosa Ziesemer, Igor Pereira Pinheiro, Janylle Hanna Mansur, Lilian Lara Gil Ferreira, Vinicius Secco Zoponi

EDITORA MIZUNO 2023

1238227

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

M294 Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ, TSE, TST e TCU / Igor Pereira Pinheiro (Organizador). – 2.ed. – Leme-SP: Mizuno, 2023.

Autores: Ana Carolina Gonzalez, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Daniela Brito de Lima, Fernando Augusto Sales, Francini Imene Dias Ibrahin, Henrique da Rosa Ziesemer, Igor Pereira Pinheiro, Janylle Hanna Mansur, Lilian Lara Gil Ferreira, Vinicius Secco Zoponi

1258 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-614-6

1. Jurisprudência - Brasil. I. Pinheiro, Igor Pereira (Organizador). II. Título.

CDD 348.8104

**Índice para catálogo sistemático**

I. Jurisprudência - Brasil

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados á  
 EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
 Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
 Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)  
 e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TEORIA GERAL DO DIREITO JURISPRUDENCIAL E OS PRECEDENTES VINCULANTES DO DIREITO BRASILEIRO

<b>IGOR PEREIRA PINHEIRO   VINÍCIUS SECCO ZOPONI</b> .....	35
1 Noções Introdutórias Sobre o Direito .....	37
2 As bases para um Direito Jurisprudencial .....	39
3 Mecanismos para a aplicação do Direito Jurisprudencial – Teoria e Prática .....	60

### DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

<b>VINÍCIUS SECCO ZOPONI</b> .....	73
------------------------------------	----

### SEPARAÇÃO DOS PODERES

1 Introdução.....	75
2 Controle judicial de políticas públicas.....	75
3 Remuneração de servidores públicos.....	76
4 Mecanismos de freios e contrapesos.....	79
5 Temas diversos.....	81

### DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

1 Igualdade.....	91
2 Liberdade.....	98
2.1 Liberdades da pessoa natural.....	98
2.2 Liberdade de pensamento.....	101
2.3 Liberdade de expressão coletiva.....	106
2.4 Liberdade de profissão.....	114
2.5 Intimidade e privacidade .....	118
2.6 Outros temas.....	126

### REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

1 Introdução.....	133
1.1 Habeas corpus .....	133
1.2 Habeas data.....	134
1.3 Mandado de segurança.....	136
1.4 Ação popular .....	141

**CONFLITOS DE COMPETÊNCIA**

1 Introdução.....	143
1.1 Competência legislativa da União.....	145
1.2 Competência legislativa dos Estados.....	147
1.3 Competência legislativa dos Municípios.....	157

**ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

1 Introdução.....	165
1.1 Poder Legislativo.....	165
1.1.1 Estatuto dos Congressistas e outros temas.....	165
1.1.2 Processo legislativo.....	169
1.1.3 Leis orçamentárias.....	177
1.2 Poder Judiciário.....	183
1.2.1 Estrutura constitucional e outros temas.....	184

**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

1 Introdução.....	191
-------------------	-----

**FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

1 Introdução.....	207
1.1 Ministério Público.....	207
1.2 Advocacia.....	215
1.3 Defensoria Pública.....	216

**ORDEM SOCIAL**

1 Introdução.....	221
1.1 Saúde.....	221
1.2 Assistência social.....	230
1.3 Educação.....	234

**DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO ANTICORRUPÇÃO**

IGOR PEREIRA PINHEIRO.....	239
----------------------------	-----

**PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

1.1 Conceito e Reflexos do Descumprimento.....	241
1.2 Os Princípios e a Necessidade de Limites na sua Invocação: Avanços e Retrocessos do Regime Jurídico-Administrativo Brasileiro.....	242

**PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS PRECEDENTES RELEVANTES**

2.1 Princípio Republicano.....	245
--------------------------------	-----

2.2 O Princípio do Estado de Direito e o Princípio da Responsabilidade. ....	254
2.2.1 Princípio da Independência das Instâncias na Responsabilidade dos Agentes Públicos. ....	268
2.2.2 Princípio da Responsabilidade Subjetiva e Individualizada das Pessoas Físicas por Ilícitos Praticados no Exercício da Função Pública. ....	275
2.2.3 Princípio da Intranscendência Subjetiva das Sanções. ....	285
2.2.3.1 Intranscendência Subjetiva no Caso de Penhora sobre Conta Conjunta.....	287
2.2.4 Princípio da Reparação Integral do Dano, (Im)Prescritibilidade e Legitimidade para Execução. ....	289
2.3 Princípio da Responsabilidade e Separação de Poderes. ....	295
2.4 Princípio da Responsabilidade e Expropriação de Terras. ....	297
2.5 Princípio da Responsabilidade no Contexto da Pandemia COVID-19.....	298
2.6 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. ....	299
2.7 Princípios da Legalidade e Juridicidade. ....	307
2.7.1 Princípio da Legalidade nos Concursos Públicos. ....	317
2.7.1.1 Princípio da Legalidade Administrativa e Autonomia das Bancas Examinadoras de Concursos Públicos. ....	322
2.8 Princípio da Autotutela Administrativa. ....	327
2.9 Princípio da Impessoalidade Administrativa.....	334
2.10 Princípio da Moralidade Administrativa. ....	337
2.10.1 A Vedação ao Nepotismo na Jurisprudência como Decorrência dos Princípios da Impessoalidade e Moralidade. ....	339
2.10.2 O Nepotismo e a Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	346
2.10.3 A Inconstitucionalidade das “Ascensões Funcionais” Por Violação aos Princípios da Moralidade Administrativa e do Concurso Público.....	351
2.10.4 A Vedação ao Acúmulo de Cargos Públicos como Decorrência do Princípio da Moralidade Administrativa. ....	355
2.10.5 Ação Popular como Instrumento para a Proteção da Moralidade Administrativa. ....	359
2.10.6 Inaplicabilidade Automática da Moralidade Administrativa para Incidência de Inelegibilidade. ....	360
2.11 Princípio da Publicidade. ....	363
2.12 Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa nos Tribunais de Contas. ....	368
2.12.1 Princípio da Segurança Jurídica e Tribunais de Contas. ....	369
2.12.1.1 Constitucionalidade da Instituição dos Prazos de Decadência e Prescrição para os Tribunais de Contas no âmbito dos Estados. ....	370
2.13 Princípios do Contraditório e Ampla Defesa no Processo Administrativo. ....	372
2.14 Princípio do Devido Processo Legal. ....	372
2.15 Princípio da Igualdade e Remarcação de Provas por Escusa Religiosa. ....	376
2.16 Princípio da Igualdade e Isenção em Concursos Públicos. ....	377
2.16.1 Princípio da Igualdade e Desempate em Concursos Públicos. ....	381
2.17 Princípio do Concurso Público, Aprovação e Direito Subjetivo à Nomeação.....	381
2.17.1 Exceções ao Concurso Público na Visão da Jurisprudência do STF. ....	384
2.17.1.A Nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação/ exoneração (parte final do artigo 37, II, da CF/88) e Funções de Confiança a Serem Exercidas só por Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo (artigo 37, V, da CF/88)....	385

2.17.1.B Contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (artigo 37, IX, da CF/88). .....	386
2.17.1.C Admissão de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público (artigo 198, §4º, da CF/88). .....	387
2.17.2 Obrigatoriedade do Concurso Público para a Administração Direta e Indireta. ....	388
2.17.3 Efeitos Jurídicos das Contratações de Pessoal sem Concurso Público.....	391
2.17.3.1 Possibilidade Excepcional de Prorrogação das Contratações Irregulares em Homenagem à Supremacia do Interesse Público. ....	396
2.17.4 Inconstitucionalidade da Contratação de Pessoal Sem Concurso nos Conselhos de Fiscalização Profissional. ....	400
2.17.5 Acessibilidade aos Cargos, Empregos e Funções Públicas. ....	403
2.17.5.A Limite de Idade. ....	404
2.17.5.B Candidatos com Tatuagem. ....	405
2.17.5.C Testes de Aptidão Física. ....	405
2.17.5.D Testes Psicotécnicos. ....	405
2.17.5.E Exclusão de Candidato pelo Fato de Responder a Inquérito ou Ação Penal. .	405
2.17.6 (Im)Possibilidade de Reintegração Após a Aposentadoria de Empregados Públicos e Servidores Públicos. ....	405
2.17.7 Aproveitamento de Servidor Público Ocupante de Cargo em Extinção Em Outro de Nível Superior. ....	407
2.17.8 Efeitos Jurídicos da Nomeação Tardia por Decisão Judicial. ....	408
2.17.9 Inexistência de Direito Adquirido ao Cargo Público pelo "Fato Consumado". ....	411
2.17.10 Qualificação como Deficiente. ....	412
2.17.11 Responsabilidade Civil do Estado por Fraudes em Concursos. ....	412
2.17.12 Competência para Julgamento de Questões Afetas aos Concursos Públicos. ....	413
2.18 Sujeição das Organizações Sociais aos Princípios da Administração Pública. ....	413

## **PODERES ADMINISTRATIVOS**

3.1 Poder Hierárquico. ....	415
3.2 Poder Disciplinar. ....	415
3.3 Poder de Polícia. ....	419
3.3.1 Delegação do Poder de Polícia. ....	422
3.3.2 Prescrição do Poder de Polícia. ....	428

## **CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NA VISÃO DO STJ**

4.1 Ato que Elimina Candidato de Concurso Público Pode Ser Revisto.....	431
4.2 Controle jurisdicional de critérios de correção de provas em concurso. ....	432
4.3 Motivação deve ser Anterior ou Concomitante ao Ato. ....	432
4.4 Controle de Atos Administrativos de Estabelecimento Prisional. ....	433
4.5 Prazo prescricional para Impugnar Atos com Nulidade. ....	433

## **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

5.1 Improbidade Administrativa x Ilegalidade.....	435
---	-----

5.2 Hipóteses Legais de Improbidade Administrativa no Direito Brasileiro. ....	436
5.3 Breve Resumo da Jurisprudência do STF e STJ em 2022 sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	438
5.4 Julgamentos sobre a (In)Constitucionalidade da Nova Lei de Improbidade Administrativa no STF.	444
5.4.1 (Ir)Retroatividade das Novas Regras Estabelecidas pela Lei n° 14.230/2021.....	444
5.4.2 Inconstitucionalidade da Legitimidade Ativa do Ministério Público para Ajuizar Ação de Improbidade Administrativa e da Obrigação da Assessoria Jurídica Pública Defender o Réu que Tenha Agido com Base em Orientação Anterior.....	450
5.4.3 Outras Inconstitucionalidades Reconhecidas Monocraticamente. ....	454
5.4.4 Quadro-Resumo da Interpretação do STF sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa.	456
5.4.5 Compartilhamento de Dados Pessoais entre Órgãos da Administração Pública à Luz da LGPD.....	484
5.4.6 Efeitos da Medida Cautelar na ADI N°6678 sobre a Sanção da Suspensão de Direitos Políticos. ....	487
6 Julgamentos Relevantes sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa no STJ em 2022. ....	490
6.1 Inexistência de Improbidade Administrativa por Contratação sem Concurso Público com Base em Lei Local.....	490
6.2 Competência da Justiça Federal para Ações de Improbidade Administrativa. ....	494
6.3 Acordo de não Persecução Cível em Ação de Improbidade Administrativa na Fase Recursal.	499
6.4 Não-Conhecimento do Recurso Especial e Aplicação Superveniente das Teses Fixadas pelo STF no Tema 1199 sobre a Nova Lei de Improbidade. ....	501
6.5 Manutenção do Princípio <i>In Dubio Pro Societate</i> na Nova Lei de Improbidade Administrativa. .	504
6.6 Inexistência de Preferência da Ordem de Indisponibilidade Patrimonial Decretada em Ação de Improbidade sobre Ordem de Expropriação de Outro Juízo. ....	506
7 Julgamentos Relevantes sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa no TSE em 2022. ....	507
7.1 Dolo Específico e Inelegibilidade por Desaprovação de Contas por Ato Doloso de Improbidade Administrativa.....	507
7.2 A Análise do Mérito Sobre a Condenação Judicial Por Improbidade Administrativa Não É Da Justiça Eleitoral. ....	509

## **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO**

8.1 Aspectos Gerais. ....	513
8.2 Excludentes de Ilícitude. ....	520
8.2.1 Aspectos Processuais. ....	527
8.3 Outros Tipos de Responsabilidades do Estado. ....	532
8.3.1 Cancelamento de Concurso Por Fraudes. ....	533
8.3.2 Responsabilidade Trabalhista do Estado.....	533

## **DIREITO ELEITORAL**

<b>IGOR PEREIRA PINHEIRO</b> .....	537
------------------------------------	-----

## **DIREITO LICITATÓRIO**

<b>IGOR PEREIRA PINHEIRO   JAMYLLÉ HANNA MANSUR</b> .....	541
---	-----

<b>INTRODUÇÃO ÀS SÚMULAS DO TCU</b> .....	547
<b>COMENTÁRIOS ÀS SÚMULAS DO TCU POR ASSUNTOS</b>	
1 Bens e Serviços de Informática.....	547
2 Contratação Direta (Dispensa e Inelegibilidade de Licitação).....	548
2.1 Instituição Sem Fins Lucrativos.....	548
2.2 Serviços Técnicos Especializados.....	550
2.2.1 Inexigibilidade por Produtor, Empresa ou Representante Exclusivo. ....	557
3 Contratação Direta de Subsidiárias.....	558
4 Exequibilidade da Proposta.....	561
5 Comprovação de Capacidade Técnica Operacional.....	563
6 Exigência de Habilitação que Importem em Custos Desnecessários Antes do Contrato.....	566
7 Ilegalidade da Exigência no SICAF.....	567
8 Exigência Não Cumulativa do Capital Social Mínimo e Patrimônio Líquido Mínimo.....	568
9 Exigência de Quitação das Obrigações Fiscais.....	570
10 Exigência de Índices Relativos à Capacidade Financeira.....	570
11 Indicação de Marca.....	572
12 Modalidade de Licitação “Convite”.....	573
13 Obras e Serviços de Engenharia.....	574
14 Parcelamento de Objeto da Licitação.....	575
15 Pregão e Serviços Comuns.....	576
16 Composição de Custos Unitários.....	577
17 Critérios de Aceitabilidade.....	578
18 Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.....	579
19 Orçamento Estimativo.....	579
20 Parcelamento do Objeto.....	580
21 Termo de Referência e Projeto Básico.....	582
22 Elaboração de Projeto Básico.....	582
23 Contrato Administrativo.....	583
24 Multa e Indenização no Caso de Rescisão.....	584
25 Cooperativa.....	584
<b>DIREITO CIVIL</b> .....	587
<b>ANA CAROLINA DEL PICCHIA NOGUEIRA GONZALEZ   DANIELA BRITO   FRANCINI</b>	
<b>IMENE DIAS IBRAHIN</b> .....	587
<b>PARTE GERAL</b>	
1 Das Pessoas.....	589
1.1 Personalidade.....	589
1.1.1 Personalidade Jurídica X Personalidade Judiciária.....	589



1.2 Nome e Pessoas Transgêneros.....	590
1.3 Direito de Imagem.....	590
1.4 Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	591
2 Dos Bens.....	592
2.1 Dos Bens Públicos.....	592
3 Dos Fatos Jurídicos.....	593
3.1 Dos Negócios Jurídicos.....	593
3.1.1 Prescrição e Decadência.....	593
3.1.2 Defeitos dos Negócios Jurídicos: Lesão.....	595
3.1.3 Provas documentais.....	595
4 Do Direito das Obrigações.....	596
4.1 Das Obrigações.....	596
4.1.1 Juros Moratórios.....	596
4.1.2 Cláusula Penal.....	597
4.1.3 Prestação Obrigacional.....	597
4.1.4 Cessão de Crédito.....	598
4.1.5 Solidariedade Passiva.....	599
4.1.6 Comissão de Permanência.....	599
4.1.7 Capitalização de Juros.....	600
5 Teoria Geral dos Contratos.....	601
5.1 Cláusula Contratual e Abusividade.....	601
5.2 Princípio da Função Social do Contrato.....	601
5.3 Princípio da Boa-Fé Objetiva.....	602
5.4 Vício Redibitório.....	603
5.5 Teoria do Adimplemento Substancial.....	604
5.6 Onerosidade Excessiva.....	604
5.7 Contratos em Espécie.....	605
5.7.1 Contrato de Compra e Venda.....	605
5.7.2 Contrato de Locação de Coisas.....	606
5.7.2.1 Indenização por Benfeitorias.....	606
5.7.2.2 Fiança na Locação.....	607
5.7.2.3 Locação em Shopping Center.....	608
5.7.3 Contrato de Depósito.....	609
5.7.4 Contrato de Transporte.....	609
5.7.4.1 Transporte de Pessoas.....	609
5.7.5 Contrato de Seguro.....	611
5.7.5.1 Disposições Gerais sobre Seguro.....	611
5.7.5.2 Seguro de Dano.....	612
5.7.5.3 Seguro de Pessoas.....	612
5.7.5.4 Seguro Obrigatório de Danos Pessoais.....	615
5.7.6 Contrato de Fiança.....	616

5.7.7 Contrato no Sistema Financeiro de Habitação .....	617
5.7.8 Contrato de Arrendamento Mercantil .....	618
5.7.9 Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia .....	619
5.8 Dos Atos Unilaterais .....	621
5.9 Do Enriquecimento Sem Causa .....	621
5.10 Da Responsabilidade Civil .....	622
5.10.1 Da Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras .....	623
5.10.2 Responsabilidade Civil e Internet.....	624
5.10.3 Cálculo da Responsabilidade Civil.....	626
5.10.4 Da Indenização pela Morte de Filho Menor .....	626
5.10.5 Da Cumulação de Indenizações .....	627
5.10.6 Dano Moral da Pessoa Jurídica .....	628
5.10.7 Da Responsabilidade Objetiva do Empregador .....	628
5.10.8 Da Dosimetria do Dano Moral.....	629
5.10.9 Da Perda de Uma Chance .....	630
5.10.10 Do Dano Coletivo .....	631
5.10.11 Da Vedação da Compensação de Culpas .....	633
5.10.12 Imprescritibilidade da Reparação de Danos no Regime Militar.....	633
5.10.13 Dano ao Torcedor.....	634
6 Do Direito das Coisas.....	635
6.1 Posse .....	635
6.1.1 Exceptio Proprietatis .....	635
6.1.2 Desforço Imediato.....	636
6.2 Propriedade .....	636
6.2.1 Abuso do Direito de Propriedade .....	637
6.2.2 Artigo 1.228, §§ 4º e 5º, do Código Civil .....	637
6.2.3 Usucapião .....	638
6.2.4 Condomínio .....	643
6.2.4.1 Convenção de Condomínio .....	644
6.2.4.2 Prazo Prescricional e Condomínio .....	645
6.2.4.3 Responsabilidade pelos Débitos Condominiais .....	645
6.2.4.4 Rateio das Contribuições Condominiais .....	646
6.2.4.5 Uso do Imóvel em Condomínio.....	647
6.3 Servidão .....	647
6.4 Compromisso de Compra e Venda .....	648
6.4.1 Adjudicação Compulsória.....	648
6.4.2 Indenização pela Resolução do Contrato .....	649
6.4.3 Assessoria Técnico-Imobiliária e Comissão de Corretagem.....	649
6.5 Hipoteca .....	650
6.6 Laje .....	651
6.7 Enfiteuse .....	651

7 Direito de Família .....	652
7.1 Bem de família .....	652
7.1.1 Possibilidade de Indicar o Imóvel como Garantia em Contrato de Mútuo com Cláusula de Alienação Fiduciária .....	653
7.1.2 Legitimidade da Penhora do Bem de Família Pertencente a Fiador de Contrato de Locação Residencial.....	655
7.1.3 Impenhorabilidade do Bem de Família de Pessoas Solteiras, Separadas e Viúvas ...	656
7.1.4 Legitimidade da Penhora de Vaga de Garagem quando Existir Matrícula Própria.....	657
7.1.5 Bem de Família e Imóvel Alugado. Impenhorabilidade.....	658
7.1.6 Bem de família – imóvel em construção .....	658
7.2 Obrigação Alimentar.....	659
7.2.1 O alimentante não possui interesse processual em exigir contas da detentora da guarda do alimentando .....	660
7.2.2 Devedor de alimentos recolhido à prisão pela prática de crime não afasta a sua obrigação alimentar.....	661
7.2.3 O valor recebido a título de horas extras integra a base de cálculo da pensão alimentícia.....	663
7.2.4 É cabível o ajuizamento de ação de alimentos, ainda que exista acordo extrajudicial.....	665
7.2.5 Ação de Alimentos. Mecanismo de Integração Posterior do Polo Passivo .....	667
7.2.6 Prisão Civil por Alimentos. Obrigação Alimentar Avoenga.....	669
7.2.7 Conversão Automática dos Alimentos Gravídicos em Pensão Alimentícia.....	671
7.2.8 Desoneração dos Alimentos Fixados entre Ex-Cônjuges .....	673
7.2.9 Retroatividade dos Efeitos da Sentença na Obrigação Alimentar .....	675
7.2.10 Prisão Civil por Dívida Alimentar no Período da Pandemia de Covid-19. ....	676
7.2.11 Regime de Bens .....	680
7.2.12 Incomunicabilidade dos bens adquiridos por uma das partes antes do casamento, no período de namoro.....	682
7.2.12.1 Partilha no Regime de Separação Obrigatória de Bens, Necessidade de Prova do Esforço Comum.....	683
7.2.13 A relação pormenorizada do acervo patrimonial do casal não é requisito essencial para deferimento do pedido de alteração do regime de bens. ....	685
7.2.13.1 Validade do Contrato de Convivência.....	687
7.2.13.2 Nulidade da Doação entre Cônjuges Casados no Regime da Comunhão Universal de Bens .....	688
7.2.14 Cônjuge Sobrevivente e o Direito Real de Habitação .....	689
7.2.14.1 União Estável e o Reconhecimento do Direito Real de Habitação mesmo diante da Existência de Outros Imóveis.....	690
7.2.14.2 A Copropriedade Anterior à Abertura da Sucessão Impede o Reconhecimento do Direito Real de Habitação.....	691
8 Direito das Sucessões.....	693
8.2.1 É dispensável a abertura da sucessão provisória quando presentes os requisitos da sucessão definitiva previstos no art. 38 do Código Civil.....	695
8.2.2 Aplica-se o prazo prescricional quinquenal à pretensão dos herdeiros do advogado ao arbitramento dos honorários advocatícios a ele devidos.....	697

8.1 Inaplicabilidade da Reserva da Quarta Parte da Herança em Caso de Filiação Híbrida.....	698
8.2 Na Falta de Descendentes e Ascendentes o Cônjuge ou Companheiro Receberá a Totalidade da Herança.....	701
8.3 União estável contraiada por pessoa maior de 70 anos e o regime de bens.....	703
8.4 Vigência das Cláusulas de Inalienabilidade, Incomunicabilidade e Impenhorabilidade.....	704
8.5 Validade do Testamento Particular que, a despeito de não Ter Sido Assinado de Próprio Punho pela Testadora, Contou com a sua Impressão Digital.....	706
8.6 Inventário e Partilha.....	708
8.6.1 O valor existente em plano de previdência complementar privada aberta deve ser objeto de partilha.....	709
8.6.2 É Desnecessário que Herdeiro Traga à Colação o Valor Correspondente ao uso a Título Gratuito de Imóvel que Pertencia ao Autor da Herança.....	712
8.6.3 Possibilidade de Inventário Extrajudicial mesmo Diante da Existência de Testamento...	713
8.7 Arrolamento Sumário Desnecessidade de Pagamento do ITCMD como Condição para Expedição do Formal de Partilha.....	715
8.8 Parentesco.....	717
8.8.1 É intransmissível ao cônjuge sobrevivente a pretensão de ver declarada a existência de relação avoenga com o de cujus.....	720
8.8.2 A divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro de nascimento não é apta, por si só, para anular o ato registral.....	722
8.8.3 Irmãos unilaterais possuem legitimidade ativa e interesse processual para propor ação declaratória de reconhecimento de parentesco natural com irmã pré-morta.....	725
8.8.4 Consequência Legal da Averbção de Sentença Proferida em Ação Negatória de Filiação.....	727
8.8.5 Ação Investigatória de Paternidade <i>post mortem</i> - Legitimidade Passiva dos Herdeiros....	728
8.8.6 Nova Adoção.....	730
8.8.7 Aplicação do Art. 139, IV do CPC em Caso de Recusa Tácita ao Fornecimento de Material Genético pelo Herdeiro e por Terceiros.....	731
8.8.8 Prazo Prescricional da Ação de Petição de Herança.....	735
8.8.9 A Implantação <i>post mortem</i> de Embriões Depende de Autorização Expressa e Específica Efetivada por Testamento ou Documento Análogo.....	736
9 Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada.....	738
9.1 O Rol de Legitimados para a Ação de Levantamento de Curatela, não é Taxativo.....	741
9.2 Dever de Prestar Contas pelo Cônjuge Casado sob o Regime da Comunhão Universal de Bens.....	742
10 Poder Familiar.....	743
10.1 O fato de os genitores possuírem domicílio em cidades distintas não representa óbice à fixação da guarda compartilhada.....	744
10.2 Guarda Concedida a Terceiros não Implica em Destituição do Poder Familiar.....	746
10.3 Ação de Exigir Contas Proposta pelo Filho em Desfavor dos Pais.....	747
10.3.1 Adoção Unilateral Socioafetiva e a Diferença de Idade Entre Adotante e Adotando.....	748
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	
<b>LILIAN LARA GIL FERREIRA.....</b>	<b>751</b>

**JURISPRUDÊNCIA**

1 Sujeitos Processuais.....	753
2 Competência – Relembrando o Básico.....	754
2.1 Reconhecimento da Incompetência de Ofício pelo Juízo.....	754
2.2 Modificação da Competência pela Conexão.....	755
2.3 Modificação da Competência pela Continência em Ação Civil Pública.....	755
2.4 Conflito de Competência entre Órgãos Vinculados ao Mesmo Tribunal.....	756
2.5 Competência da Justiça Federal e/ou Estadual quando a Parte for Sociedades de Economia Mista Federal.....	758
2.6 Competência para Analisar Interesse Federal no Feito.....	758
2.7 Competência da Justiça Estadual.....	759
2.7.1 Competência da Justiça Estadual e Ensino Privado.....	759
2.7.2 Competência da Justiça Estadual e Serviços Prestados por Profissionais Liberais....	760
2.7.3 Competência da Justiça Estadual e Serviços Público Municipal Estatutário.....	760
2.7.4 Competência da Justiça Estadual e o Banco do Brasil S.A.....	761
2.7.5 Competência da Justiça Estadual e o SESI.....	761
2.8 Competência Eleição de Foro Contratual.....	761
2.9 Competência e Especialização de Varas por Regramento Local.....	762
2.10 Competência Jurisdicional e Arbitragem.....	763
2.11 Competência em Ações de Direito de Família e Sucessões.....	763
2.11.1 Competência de Ações de Direito de Família que Envolve Interesse de Menores....	763
2.11.2 Competência de Alvará Judicial.....	764
2.12 Competência do Juizado Especial de Fazenda Pública e Ações Acidentárias em Face do INSS.....	764
2.13 Competência Causas de Telefonia.....	765
3 Pressupostos Processuais – Relembrando o Básico.....	765
3.1 Citação e Interrupção da Prescrição.....	766
3.2 Citação e Princípio da Pessoalidade.....	767
3.3 Capacidade Postulatória e Ausência de Procuração no Recurso Especial.....	767
3.4 Interesse de Agir e Interpretação de Cláusula Contratual.....	768
4 Ministério Público e Defensoria Pública – Relembrando o Básico.....	769
4.1 Ministério Público e Legitimidade para Tutela de Direitos Coletivos.....	769
4.2 Público e Legitimidade para a Defesa do Patrimônio Público.....	770
4.3 Defensoria Pública e Autonomia Financeira.....	771
4.4 Ministério Público e Atuação como <i>Custus Legis</i> .....	772
4.5 Ministério Público e Tutela de Criança Ou Adolescente.....	773
4.6 Defensoria Pública e Legitimidade para Tutela de Direitos Coletivos.....	773
4.7 Defensoria Pública e Autonomia Financeira 2.....	774
5 Encargos Econômicos Processuais – Relembrando o Básico.....	774
5.1 Custas Judiciais e Limitação da Base de Cálculo.....	775
5.2 Justiça Gratuita e Pessoa Jurídica.....	776
5.3 Custas Processuais e INSS.....	777

5.4	Fazenda Pública e Adiantamento de Honorários Periciais.....	777
5.5	Honorários Sucumbenciais sobre o Valor da Causa e Correção Monetária.....	778
5.6	Honorários Sucumbenciais e Indexação ao Salário-Mínimo.....	778
5.7	Honorários Advocatícios e Compensação em Caso de Sucumbência Recíproca.....	779
5.8	Honorários Devidos pela Fazenda Pública em Execução Individual de Sentença Coletiva.....	779
5.9	Honorários Advocatícios e Cumprimento de Sentença.....	780
5.10	Honorários Advocatícios e Cumprimento de Sentença 2.....	781
5.11	Honorários Advocatícios e Necessidade de Fixação pelo Juízo.....	782
5.12	Adiantamento dos Honorários Periciais e Ministério Público.....	784
5.13	Honorários Advocatícios e Regime de Precatórios.....	785
5.14	Honorários em Favor do Advogado Dativo.....	785
5.15	Honorários Advocatícios em Embargos do Devedor e Compensação com Honorários Fixados na Execução.....	787
6	Execução – Relembrando o Básico.....	788
6.1	Execução e Cumulação de Títulos.....	789
6.2	Execução e Carta Precatória.....	789
6.3	Execução de Quantia certa contra a Fazenda Pública 1.....	790
6.4	Execução de Quantia Certa contra a Fazenda Pública 2.....	791
6.5	Execução de Título Extrajudicial e Fazenda Pública.....	791
6.6	Execução e Curadoria Especial.....	792
6.7	Execução e Interesse de Ente Federal.....	793
6.8	Execução e Recurso contra a Decisão dos Embargos.....	794
6.9	Execução e Recurso contra os Embargos À Arrematação.....	795
6.10	Execução e Depósito de bem Penhorado.....	795
6.11	Execução em Face de Instituições Financeiras.....	796
6.12	Liquidação de Sentença e Coisa Julgada.....	796
6.13	Execução e Penhora de Dinheiro.....	797
6.14	Execução Fiscal e Pequeno Valor da Dívida.....	798
6.15	Execução de Cotas Condominiais.....	799
6.16	Execução e Multa pelo Inadimplemento.....	799
6.17	Execução e Título Fundado em Ato Normativo Declarado Inconstitucional.....	800
6.18	Execução e Título Fundado em Ato Normativo Declarado Inconstitucional 2.....	802
6.19	Execução e Fraude.....	803
7	Recursos – Relembrando o Básico.....	804
7.1	Recurso Especial e Análise de Questão de Fato.....	804
7.2	Recurso Especial e Divergência Jurisprudencial.....	806
7.3	Recurso Especial e Divergência Jurisprudencial 2.....	806
7.4	Recurso Especial e Enunciado de Súmula.....	807
7.5	Recurso Especial e Juízo de Admissibilidade.....	808
7.6	Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial e Dialécticidade.....	808
7.7	Recursos Excepcionais, Devolução de Todos os Fundamentos e Unicidade.....	809
7.8	Recurso Especial e Renovação em Razão de Embargos de Declaração.....	810
7.9	Recursos Excepcionais e Juizados Especiais.....	811

7.10 Recursos Excepcionais e Prequestionamento.....	812
7.11 Embargos de Declaração para Fins de Prequestionamento e Multa.....	813
7.12 Agravo Regimental para Exaurimento de Instância e Multa.....	814
7.13 Embargos Infringentes e Esgotamento de Instância.....	815
7.14 Prequestionamento e Voto Vencido.....	815
7.15 Recurso Especial e Julgamento do Agravo de Instrumento.....	816
7.16 Recursos para o STJ e Preparo.....	816
7.17 Preparo e Expediente Bancário.....	817
7.18 Preparo e INSS.....	818
7.19 Preparo e Conselhos Profissionais.....	819
7.20 Recursos para o STJ e Tempestividade.....	819
7.21 Interesse Recursal e Sentença Iíquida.....	820
7.22 Agravo de Instrumento e Decisão que Resolve a Liquidação de Sentença.....	820
7.23 Agravo de Instrumento e Peças Necessárias.....	821
7.24 Agravo de Instrumento e Taxatividade Mitigada das Hipóteses de Cabimento.....	822
7.25 Agravo de Instrumento na Recuperação Judicial e Falência.....	823
7.26 Publicação da Pauta e Julgamento dos Recursos.....	824
7.27 Recursos e Julgamento Monocrático.....	824
7.28 Embargos de Divergência e Modificação de Competência.....	825
7.29 Embargos de Divergência e Questão já Solucionada pela Corte.....	826
7.30 Embargos de Divergência e Decisão sobre Admissibilidade de Recurso Especial.....	827
7.31 Embargos de Divergência e Valor da Compensação por Danos Morais.....	828
8 Remessa Necessária – Relembrando o Básico.....	828
8.1 Remessa Necessária e <i>Reformatio In Peju</i> .....	829
8.2 Remessa Necessária e Decisão Monocrática.....	830
8.3 Remessa Necessária e Extensão do Efeito Devolutivo.....	830
8.4 Remessa Necessária e Embargos Infringentes.....	830
8.5 Remessa Necessária e Decisão Iíquida.....	831
9 Procedimentos Especiais – Relembrando o Básico.....	831
9.1 Ação Monitória e Citação por Edital.....	832
9.2 Ação Monitória e Reconvenção.....	833
9.3 Ação Monitória e Cheque.....	833
9.4 Ação Monitória e Cheque 2.....	833
9.5 Ação Monitória Fundada em Cheque ou Nota Promissória e Prescrição.....	834
9.6 Ação Monitória em Face da Fazenda Pública.....	835
9.7 Ação Monitória e Alienação Fiduciária em Garantia.....	836
9.8 Embargos de Terceiro e Meação do Cônjuge.....	837
9.9 Embargos de Terceiro e Encargos Processuais.....	837
9.10 Embargos de Terceiros e Fraude contra Credores.....	838
9.11 Exibição de Documento e Multa Cominatória.....	839
10 Ações Autônomas de Impugnação – Relembrando o Básico.....	839
10.1 Mandado de Segurança e Condenação em Honorários Advocatícios.....	840

10.2 Mandado de Segurança e Embargos Infringentes.....	840
10.3 Mandado de Segurança Contra Ato Judicial por Terceiro Interessado.....	841
10.4 Mandado de Segurança contra Ato de Juizado Especial.....	842
10.5 Mandado de Segurança e Correção da Ilegitimidade Passiva.....	842

## **DIREITO PROCESSUAL COLETIVO**

<b>HENRIQUE DA ROSA ZIESEMER.....</b>	<b>845</b>
---------------------------------------	------------

## **DIREITO CRIMINAL**

<b>ANTÔNIO EDILBERTO OLIVEIRA LIMA.....</b>	<b>885</b>
---	------------

## **PARTE I - DIREITO PENAL**

### **I - PARTE GERAL**

1 Princípios.....	887
1.1 Princípio da insignificância.....	887
1.2 Aplicação da lei penal.....	889
2 Da menoridade penal.....	890
3 Da aplicação da pena.....	891
3.1 Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por multa.....	891
3.2 Fixação da pena base.....	891
3.3 O reconhecimento da reincidência penal e o risco de <i>bis in idem</i> na fixação da pena.....	892
3.4 Reconhecimento dos maus antecedentes e da reincidência.....	893
3.5 Circunstância atenuante e a pena mínima abstrata.....	894
3.6 Reconhecimento da confissão como atenuante.....	895
3.7 Compensação entre a atenuante da confissão e a agravante da reincidência, nos casos de multirreincidência.....	897
3.8 Fixação do regime prisional.....	898
3.9 Fixação de regime prisional semiaberto ao apenado reincidente.....	899
4 Da prescrição.....	900
4.1 Pronúncia como causa interruptiva da prescrição.....	900
4.2 Prescrição em caso de sentença penal condenatória transitada em julgado para a acusação....	901
4.3 Reincidência e o prazo para consumação da prescrição da pretensão punitiva.....	902
4.4 Crimes falimentares e as causas interruptivas da prescrição.....	902
4.5 Impossibilidade de reconhecimento da prescrição virtual, antecipada ou em perspectiva...	903
4.6 Prazo da suspensão da prescrição na hipótese do artigo 366, do CPP.....	905
4.7 Interrupção da prescrição na hipótese de acórdão condenatório que mantém, reduz ou majora a pena imposta na sentença.....	906
5 Do perdão judicial.....	907

### **II - PARTE ESPECIAL**

1 Questões relacionadas ao crime de furto.....	909
--	-----



1.1 Sistema de monitoramento eletrônico e a configuração do crime de furto .....	909
1.2 Furto qualificado e o reconhecimento do privilégio previsto no §2º, do artigo 155 .....	910
1.3 Furto qualificado pelo concurso de agentes e a majorante prevista para o crime de roubo .....	911
1.4 O reconhecimento da causa de aumento de pena do furto praticado durante o repouso noturno exige a análise das circunstâncias do caso concreto .....	912
1.5 A causa de aumento do repouso noturno não incide nas hipóteses de furto qualificado .....	913
2 Questões relacionadas à configuração do crime de roubo .....	915
2.1 Da consumação do crime de roubo .....	915
2.2 Aplicação da fração de aumento na hipótese de roubo qualificado .....	915
2.3 Consumação do crime de latrocínio .....	917
2.4 O emprego de arma branca, embora tenha sido revogado como causa de aumento de pena pela Lei 13.654/2018, pode ser considerado como circunstância desfavorável para exasperar a pena-base .....	917
3 Do crime de extorsão .....	919
4 Do crime de estelionato .....	920
4.1 Moeda grosseiramente falsificada e a configuração do crime de estelionato .....	920
4.2 Aplicação da causa de aumento prevista no §3º, do artigo 171, do Código Penal .....	921
4.3 Falsidade para a prática de estelionato e o princípio da consunção .....	921
5 Violação a direito autoral .....	922
6 Estupro de vulnerável .....	923
6.1 Consentimento da vítima menor de 14 (catorze) anos e o crime de estupro de vulnerável ..	923
6.2 A presença do dolo específico de satisfazer a lascívia mediante a prática de ato libidinoso contra menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável .....	924
7 Falsa identidade .....	925
8 8. Desobediência à ordem de parada e a configuração do crime do artigo 330, do CPB .....	926

## PARTE II

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Princípios .....	927
1.1 Princípio da presunção de inocência e o uso de algemas .....	927
1.2 Princípio da ampla defesa e o acesso aos elementos do procedimento investigativo .....	928
2 Arquivamento do Inquérito Policial .....	930
3 Da ação penal .....	931
3.1 Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	931
3.2 Ação penal em caso de crime de sonegação fiscal .....	931
3.3 Legitimidade para ação penal nos crimes contra a honra de servidor público .....	932
3.4 Trancamento da ação penal .....	933
3.5 Continuidade da ação penal em caso de pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos .....	934
4 Competência no processo penal .....	934
4.1 4.1. Existência de sentença com trânsito em julgado: inexistência de conflito .....	934
4.2 Competência Justiça Estadual x Justiça Federal .....	935

4.2.1 Competência para processar o julgar contravenção penal contra bem jurídico de interesse da União .....	935
4.2.2 Falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.....	936
4.2.3 Falsa anotação em carteira de trabalho e previdência social atribuída à empresa privada .....	936
4.2.4 Estelionato praticado mediante falsificação de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias .....	937
4.2.5 Competência em caso de uso de documento falso .....	938
4.2.6 Competência: repasse de valores da União em favor dos municípios .....	939
4.2.7 Competência em caso de crimes conexos .....	940
4.2.8 Competência em caso de crime praticado contra funcionário público federal no exercício das funções .....	941
4.2.9 Competência em caso de falso testemunho praticado perante a Justiça do Trabalho	942
4.2.10 Competência em caso de uso de passaporte falso .....	943
4.2.11 Competência em caso de contrabando e descaminho .....	943
4.2.12 Competência para apreciar disputa sobre direitos indígenas .....	944
4.3 Competência da Justiça Estadual x Justiça Militar .....	945
4.3.1 Competência em caso de civil acusado de praticar crime contra as instituições militares..	945
4.3.2 Competência da Justiça Comum Estadual para processar e julgar policial militar por crime de promoção de facilitação de fuga de preso .....	945
4.3.3 Competência em caso de abuso de autoridade praticado por militar .....	946
4.3.4 Competência em caso de acidente de trânsito envolvendo viatura da policia militar..	947
4.3.5 Conflito de jurisdição entre Juiz de Direito e Juízo Militar dos Estados.....	947
4.3.6 Competência em caso de militar acusado de crimes militar e comum praticados em concurso .....	947
4.3.7 Crime praticado por militar com arma da corporação, não estando de serviço.....	948
4.3.8 Competência da Justiça Militar quando o agente pratica o crime em outra unidade federativa .....	948
4.4 Competência da Justiça Federal para processar e julgar civil em crime de falso praticado contra a Marinha do Brasil .....	949
4.5 Competência para julgar crime de estelionato cometido mediante emissão de cheque sem provisão de fundos.....	949
4.6 Competência para processar e julgar estelionato praticado mediante falsificação de cheque.....	951
4.7 Competência por prerrogativa de função .....	952
4.8 Competência especial por prerrogativa de função nos crimes contra a honra e a cessação do exercício funcional do ofendido .....	952
4.9 Competência: foro por prerrogativa de função e tribunal do júri .....	953
4.10 Crime de latrocínio e a competência do Tribunal do Júri .....	953
5 Prisões e medidas cautelares .....	954
5.1 Crimes hediondos e a vedação à liberdade provisória .....	954
5.2 Impossibilidade de condicionar o recurso do réu ao recolhimento da prisão .....	955
5.3 Prisão cautelar e o excesso de prazo apto a configurar constrangimento ilegal .....	956
5.4 Fiança e o estado de liberdade do indivíduo.....	959
5.5 Ausência de reexame da prisão preventiva após 90 dias .....	960

5.6 O tempo de cumprimento de medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno impõe a detração da pena privativa de liberdade aplicada.....	961
<b>6 Dos procedimentos.....</b>	<b>964</b>
6.1 Resposta preliminar no processo de crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	964
6.2 Contagem dos prazos no processo penal.....	965
6.3 Intimação da Defesa no caso de expedição de carta precatória .....	965
6.4 Representação do Advogado atuante em Núcleo de Prática Jurídica .....	966
6.5 Atuação do Ministério Público na fase investigatória criminal.....	967
6.6 Participação do Ministério Público na investigação criminal e eventual reconhecimento de impedimento ou suspeição .....	968
6.7 Provimento do recurso manejado contra decisão que rejeitou a denúncia.....	969
6.8 Citação do réu como litisconsorte passivo em caso de mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público .....	970
6.9 Mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público .....	970
6.10 Citação do réu preso .....	971
6.11 Execução antecipada da pena e o princípio da presunção de inocência.....	972
<b>7 Dos recursos no processo penal.....</b>	<b>973</b>
7.1 Renúncia do réu ao recurso interposto apresentada sem assistência da Defesa Técnica...	973
7.2 Recurso de apelação no procedimento do júri e a vinculação aos fundamentos de sua interposição.....	974
7.3 Do <i>habeas corpus</i> .....	975
7.3.1 Questões relacionadas à competência .....	975
7.3.1.1 Competência para o conhecimento do <i>habeas corpus</i> impetrado contra decisão das Turmas Recursais dos Juizados Especiais .....	975
7.3.1.2 <i>Habeas corpus</i> impetrado contra decisão de Relator de Tribunal Superior que, em sede de <i>habeas corpus</i> , indefere liminar.....	976
7.3.1.3 Processo de extradição e o conhecimento de <i>habeas corpus</i> .....	976
7.3.2 Questões relacionadas ao cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	977
7.3.2.1 <i>Habeas corpus</i> em caso de decisão condenatória à pena de multa .....	977
7.3.2.2 <i>Habeas corpus</i> e a imposição de penas de exclusão de militar, perda de patente e de função pública .....	978
7.3.2.3 Pena privativa de liberdade extinta e a impetração de <i>habeas corpus</i> .....	978
7.4 Prazos recursais.....	979
7.4.1 Prazo para interposição de agravo no processo penalista .....	979
7.4.2 Prazo para o assistente do Ministério Público recorrer supletivamente .....	979
<b>8 Suspensão condicional do processo .....</b>	<b>980</b>
8.1 Cabimento da suspensão condicional do processo em caso de concurso de crimes .....	980
8.2 Recusa do Ministério Público em propor a suspensão condicional do processo em favor do réu .....	981
8.3 Desclassificação do crime e suspensão condicional do processo.....	982
<b>9 Das nulidades no processo penal .....</b>	<b>982</b>
9.1 Nulidade absoluta por ausência de defesa .....	982
9.2 Ausência de nomeação de curador especial ao réu menor de 21 anos .....	983
9.3 Nulidade por falta de intimação do réu para oferecer contrarrazões recursais em caso de rejeição da denúncia.....	984

9.4 Direito de o réu constituir novo Defensor após renúncia do anterior .....	985
9.5 Nulidade e competência penal por prevenção .....	985
9.6 Realização do exame de corpo de delito .....	986
9.7 Requisitos da citação por edital .....	987
9.8 Reconhecimento de nulidade não arguida no recurso da acusação .....	987
9.9 Réu delatado tem o direito de apresentar alegações finais após correu que firmou acordo de colaboração premiada .....	988
10 Nulidades no procedimento do júri .....	989
10.1 Nulidade da decisão que determina o desaforamento do processo sem oitiva da Defesa .....	989
10.2 Nulidade decorrente da participação de jurado que integrou o Conselho de Sentença no julgamento anterior do réu .....	990
10.3 Nulidade do julgamento, pelo júri, por ausência de quesito obrigatório .....	990
10.4 Julgamento em plenário do júri e as circunstâncias agravantes .....	991

## PARTE III

### EXECUÇÃO PENAL

1 Princípios da execução penal .....	993
1.1 Princípio da ampla defesa e o procedimento administrativo disciplinar .....	993
1.2 Transferência do apenado e o princípio do contraditório e da ampla defesa .....	995
1.3 Aplicação da lei mais benéfica pelo Juízo da Execução Penal .....	996
2 Competência do juízo da execução penal .....	996
3 Legitimidade para executar a pena de multa .....	997
4 Da falta grave no curso da execução da pena .....	998
4.1 Falta grave em razão da prática de crime doloso .....	998
4.2 Progressão de regime e a prática de falta grave .....	999
4.3 Livramento condicional e a prática de falta grave .....	1000
4.4 Repercussão da falta grave no caso de indulto e comutação de pena .....	1001
5 Da Progressão de regime .....	1002
5.1 Progressão de regime e a falta de estabelecimento penal adequado .....	1002
5.2 Progressão de regime antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória .....	1003
5.3 Progressão de regime na hipótese de o apenado se encontrar em "prisão especial" .....	1004
5.4 Progressão de regime prisional nos crimes hediondos e assemelhados antes da Lei 11.464/07 .....	1005
5.5 Prazo para progressão de regime aos condenados pelo crime de tortura .....	1006
5.6 Inadmissibilidade da progressão de regime <i>per saltum</i> .....	1007
5.7 Pena unificada e concessão de benefícios na execução penal .....	1008
5.8 Progressão de regime e a realização do exame criminológico .....	1008
5.9 Condições especiais para o regime aberto e a vedação ao <i>bis in idem</i> .....	1009
6 Do benefício da saída temporária .....	1010
7 Da remição .....	1011
7.1 Remição da pena em caso de atividade laborativa desempenhada extramuros .....	1011

7.2 O preso que já estava trabalhando ou estudando antes do início das restrições sanitárias impostas pela pandemia tem o direito de computar o respectivo período como tempo efetivo para fins de remição da pena .....	1013
8 Do livramento condicional .....	1014
9 Da medida de segurança .....	1015
10 Das penas restritivas de direitos .....	1016
10.1 Imprescindibilidade do trânsito em julgado da sentença penal condenatória para execução da pena restritiva de direito.....	1016
10.2 Reversão da pena restritiva de direitos em caso de unificação com sanção privativa de liberdade .....	1016
11 Dos efeitos alcançados pelo indulto .....	1017
12 Do recurso de Agravo em Execução.....	1018

## PARTE IV

### LEIS PENAIS ESPECIAIS

1 Crimes cometidos por Prefeitos (Decreto-Lei 201/67) .....	1019
1.1 Competência para julgar crimes cometidos por prefeitos .....	1019
1.2 Crimes cometidos antes da extinção do mandato de prefeito municipal .....	1020
2 Lei das Contravenções Penais: configuração da contravenção do jogo do bicho .....	1021
3 Estatuto da Criança e do Adolescente: configuração do crime descrito no artigo 244-B.....	1021
4 Crime contra a ordem tributária: tipificação de crime material .....	1022
5 Estatuto do Desarmamento: <i>abolitio criminis</i> temporária.....	1023
6 Lei dos Juizados Especiais: homologação da transação penal e os efeitos da coisa julgada...	1024
7 Código de Trânsito Brasileiro .....	1025
7.1 Derrogação do artigo 32, da LCP, pelo artigo 309, do CTB .....	1025
7.2 Configuração do crime descrito no artigo 310, do CTB .....	1025
8 Lei Maria da Pena .....	1026
8.1 Princípio da insignificância e as infrações praticadas no âmbito das relações domésticas..	1026
8.2 Ação penal em caso de lesão corporal praticada no âmbito das relações domésticas .....	1027
8.3 Impossibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo e da transação penal no procedimento da Lei Maria da Pena .....	1028
8.4 Impossibilidade de substituição da pena no caso de infração penal envolvendo violência doméstica.....	1029
8.5 Configuração da violência doméstica independe da coabitação entre autor e vítima .....	1029
8.6 Fixação de indenização a título de dano moral nos casos de violência contra a mulher.....	1030
8.7 As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 são aplicáveis às minorias, como transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis em situação de violência doméstica, afastado o aspecto meramente biológico .....	1031
9 Lei de Drogas .....	1031
9.1 Aplicação da Lei 11.343/06 no tempo .....	1031
9.2 Competência da Justiça Federal para processar e julgar o tráfico de drogas internacional....	1032
9.3 Aplicação da majorante do tráfico interestadual.....	1034

9.4 Atenuante da confissão no crime de tráfico de drogas .....	1035
9.5 A existência de inquéritos policiais e de ações penais em curso não pode ser considerada para afastar o reconhecimento do “tráfico de drogas privilegiado” .....	1036
9.6 Condenação por consumo de drogas não gera reincidência.....	1037
9.7 Busca e apreensão domiciliar sem mandado no caso de flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas .....	1039
10 Lei de licitações: natureza do crime de fraude à licitação.....	1042
11 Lei de Interceptação Telefônica: são lícitas as prorrogações sucessivas de interceptações telefônicas .....	1043

## **DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO**

<b>FERNANDO AUGUSTO DE VITA BORGES DE SALES</b> .....	<b>1045</b>
---	-------------

## **DIREITO TRABALHISTA JURISPRUDENCIAL**

1.1 A jurisprudência trabalhista .....	1047
1.1.1 Jurisprudência.....	1047
1.1.2 Súmulas de jurisprudência.....	1047
1.1.3 O Império dos precedentes.....	1048
1.1.3.1 A teoria dos precedentes vinculantes .....	1048
1.1.3.2 Aplicação dos precedentes: fundamentação e contraditório .....	1049
1.1.4 Orientação jurisprudencial (OJ) .....	1050

## **DIREITO MATERIAL DO TRABALHO**

1.1 Direito do trabalho .....	1051
1.2 Relação de emprego .....	1051
1.3 Empregado .....	1052
1.3.1 Empregado público .....	1052
1.3.2 Empregado doméstico .....	1054
1.3.3 Empregado rural .....	1055
1.3.4 Trabalhador temporário .....	1058
1.3.5 Trabalhador autônomo .....	1059
1.3.6 Trabalhador avulso.....	1060
1.3.7 Trabalhador eventual .....	1061
1.4 Empregador .....	1061
1.4.1 Empregador rural .....	1062
1.4.2 Empregador doméstico .....	1062
1.4.3 Empregador público.....	1062
1.4.4 Empresa de trabalho temporário: Lei n. 6.019/74.....	1062
1.5 Tempo parcial .....	1062
1.6 Contrato de trabalho .....	1063
1.6.1 Contrato de experiência .....	1064

1.6.2 Contrato de empreitada .....	1065
1.6.3 Contrato nulo.....	1065
1.7 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho.....	1066
1.8 Carteira de trabalho e previdência social (CTPS).....	1067
1.9 Registro de empregado.....	1068
1.10 Alteração contratual.....	1068
1.11 Transferência.....	1069
1.12 Licenças .....	1070
1.12.1 Licença maternidade.....	1070
1.12.2 Licença paternidade.....	1071
1.12.3 Licença prêmio.....	1071
1.13 Décimo terceiro salário.....	1072
1.14 Férias .....	1072
1.15 Férias coletivas .....	1077
1.16 FGTS.....	1077
1.17 Insalubridade.....	1079
1.18 Periculosidade.....	1083
1.19 Vale-transporte.....	1087
1.20 Estabilidade.....	1089
1.21 Estabilidade provisória .....	1090
1.22 Reintegração (no emprego) .....	1092
1.23 Readmissão no emprego .....	1094
1.24 Remuneração.....	1095
1.24.1 Salário.....	1097
1.24.2 Piso salarial.....	1102
1.24.3 Quitação.....	1103
1.24.4 Salário-família .....	1103
1.24.5 Salário-utilidade .....	1104
1.24.6 Gorjeta .....	1105
1.24.7 Gratificações .....	1106
1.24.8 Reajuste salarial.....	1107
1.24.9 Redução salarial .....	1108
1.24.10 Desconto salarial.....	1108
1.24.11 Equiparação salarial.....	1109
1.24.12 Quadro de carreira.....	1113
1.25 Jornada de trabalho .....	1113
1.25.1 Duração do contrato de trabalho (jornada) .....	1113
1.25.2 Horário.....	1117
1.25.3 Horas extras ou suplementares .....	1118
1.25.4 Compensação de jornada .....	1123
1.26 Intervalos (no trabalho) .....	1124
1.26.1 Intervalo intrajornada .....	1124

1.26.2 Intervalo interjornada .....	1126
1.27 Turno ininterrupto de revezamento .....	1127
1.28 Sobreaviso .....	1129
1.29 Descanso semanal remunerado (DSR) .....	1130
1.30 Banco de horas .....	1131
1.31 Cargo de confiança .....	1132
1.32 Adicional Noturno .....	1133
1.33 Rescisão.....	1134
1.33.1 Demissão .....	1134
1.33.2 Dispensa .....	1134
1.33.2.1 Espécies de dispensa .....	1135
1.33.2.2 Dispensa sem justa causa.....	1135
1.33.2.2.1 Dispensa por justa causa .....	1135
1.33.3 Abandono do emprego.....	1138
1.33.4 Indenização (rescisão).....	1138
1.34 Seguro-desemprego.....	1140
1.35 Rescisão contratual .....	1143
1.35.1 Por decisão do empregador:.....	1143
1.35.2 Por decisão do empregado.....	1145
1.35.3 Por desaparecimento de uma das partes, como a morte do empregado, do empregador pessoa física, ou da extinção da empresa: .....	1147
1.35.3.1 Morte do trabalhador.....	1147
1.35.3.2 Morte do empregador pessoa física ou empresário individual:.....	1147
1.35.3.3 Extinção ou falência da empresa:.....	1148
1.35.4 Por mútuo consentimento entre as partes: .....	1148
1.35.5 Culpa recíproca: CLT, art. 484. ....	1148
1.35.6 Por advento do termo do contrato:.....	1149
1.35.7 Por força maior.....	1149
1.35.8 <i>Factum principis</i> .....	1150
1.36 Aviso prévio .....	1151
1.36.1 Tipos de aviso prévio .....	1155
1.36.1.1 Aviso prévio trabalhado.....	1155
1.36.1.2 Aviso prévio indenizado. ....	1155

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

1.1 Dissídio .....	1157
1.1.1 Espécies de dissídios.....	1157
1.1.1.1 Dissídio coletivo.....	1157
1.1.1.2 Dissídio individual .....	1158
1.2 Procedimento .....	1158
1.3 Competência .....	1161
1.3.1 Conflito de jurisdição ou competência .....	1162



1.4 Justiça gratuita.....	1163
1.5 Partes (da ação).....	1166
1.5.1 Reclamado.....	1167
1.5.2 Reclamante.....	1168
1.5.3 Sucessão processual.....	1168
1.5.4 Substituição processual.....	1169
1.5.5 <i>Jus postulandi</i> .....	1170
1.6 Prazos processuais.....	1171
1.6.1 Classificação dos prazos.....	1171
1.6.1.1 Quanto à origem da fixação.....	1171
1.6.1.2 Quanto à natureza.....	1171
1.6.1.3 Quanto aos destinatários.....	1171
1.6.2 Observância e contagem do prazo.....	1171
1.7 Preclusão.....	1174
1.8 Correção monetária e juros.....	1174
1.9 Tutelas provisórias.....	1177
1.9.1 Tutelas de urgência.....	1177
1.9.1.1 Tutela antecipada.....	1178
1.9.1.2 Tutela cautelar.....	1179
1.9.2 Tutelas de evidência.....	1180
1.10 Dissídio individual.....	1181
1.10.1 Processo de conhecimento.....	1181
1.10.1.1 Ação.....	1181
1.10.1.2 Petição inicial.....	1182
1.10.1.3 Intervenção assistencial.....	1185
1.10.1.4 Litisconsórcio.....	1185
1.10.1.5 Citação.....	1187
1.10.1.5.1 Citação postal.....	1188
1.10.1.5.2 Citação por oficial de justiça.....	1188
1.10.1.5.3 Citação por edital.....	1188
1.10.1.6 Notificação.....	1188
1.10.1.7 Intimação.....	1190
1.10.1.8 Audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	1191
1.10.1.9 Contestação.....	1192
1.10.1.10 Exceções (defesa).....	1192
1.10.1.10.1 Exceção de incompetência.....	1193
1.10.1.10.2 Exceção de suspeição.....	1193
1.10.1.10.3 Exceção de impedimento.....	1194
1.10.1.11 Prescrição.....	1194
1.10.1.12 Compensação: CLT, art. 767.....	1198
1.10.1.13 Reconvenção.....	1198
1.10.1.14 Revelia.....	1200

1.10.1.15 Prova.....	1202
1.10.1.15.1 Ônus da prova. ....	1205
1.10.1.16 Sentença.....	1206
1.10.1.16.1 Sentenças terminativas. ....	1207
1.10.1.16.2 Sentenças definitivas.....	1209
1.10.1.16.3 <i>Requisitos da sentença</i> . ....	1211
1.10.1.16.4 Peculiaridades da sentença no processo do trabalho. ....	1211
1.10.1.16.5 Vícios da sentença. ....	1213
1.10.1.16.6 Publicação da sentença e alteração posterior.....	1214
1.10.1.16.7 Hipoteca judiciária. ....	1215
1.10.2 Procedimentos especiais .....	1215
1.10.2.1 Ação rescisória.....	1215
1.10.2.2 Mandado de segurança. ....	1224
1.10.2.3 Inquérito para apuração de falta grave.....	1228
1.10.2.4 Ação de cumprimento. ....	1230
1.11 Execução .....	1230
1.11.1 Título executivo. ....	1230
1.11.2 Execução na CLT. ....	1231
1.11.3 Penhora.....	1234
2 Penhora “on line”. ....	1236
2.11.1 Sucessão trabalhista.....	1237
2.11.2 Embargos à execução e embargos à penhora. ....	1238
2.11.3 Prescrição intercorrente. ....	1239
2.1 Recursos. ....	1240
2.1.1 Recursos em espécie.....	1245
2.1.1.1 Recurso ordinário.....	1245
2.1.1.2 Embargos de declaração: .....	1246
2.1.1.3 Agravo de instrumento: .....	1248
2.1.1.4 Agravo de petição: .....	1249
2.1.1.5 Recurso de revista: .....	1249
2.1.1.6 Agravo interno (ou regimental): .....	1253
2.1.1.7 Embargos: .....	1253
2.1.1.8 Recurso adesivo: .....	1255
2.1.1.9 Recurso extraordinário: .....	1255
2.1.1.10 Pedido de revisão: .....	1256
2.2 Reexame necessário.....	1256